



Universidades Lusíada

Bandi, André Pedro Simão, 1967-

Relação económica bilateral Angola-Portugal : dinâmicas do relacionamento (2005-2010)

<http://hdl.handle.net/11067/2480>

<https://doi.org/10.34628/f7s2-nf94>

Metadados

Data de Publicação	2014
Resumo	Angola encontra-se numa fase de estabilidade, reconstrução e desenvolvimento, estando previstas taxas de crescimento económico assinaláveis, o que deixa antever perspectivas favoráveis para o incremento das relações económicas bilaterais em diversos sectores de oportunidades. Portugal, por razões históricas óbvias, tem sido um parceiro privilegiado dos PALOP em particular de Angola. Simultaneamente é também claro o interesse económico, político e cultural que Portugal tem na manutenção de um bom...
Palavras Chave	Angola - Relações económicas externas - Portugal, Portugal - Relações económicas externas - Angola
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCHS] LPIS, n. 10 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-20T11:02:52Z com informação proveniente do Repositório

**RELAÇÃO ECONÓMICA BILATERAL
ANGOLA-PORTUGAL:
DINÂMICAS DO RELACIONAMENTO (2005-2010)**

André Pedro Simão Bandi
apsbandi@hotmail.com

Resumo: Angola encontra-se numa fase de estabilidade, reconstrução e desenvolvimento, estando previstas taxas de crescimento económico assinaláveis, o que deixa antever perspectivas favoráveis para o incremento das relações económicas bilaterais em diversos sectores de oportunidades.

Portugal, por razões históricas óbvias, tem sido um parceiro privilegiado dos PALOP em particular de Angola. Simultaneamente é também claro o interesse económico, político e cultural que Portugal tem na manutenção de um bom relacionamento com Angola.

O objetivo deste estudo é precisamente o de procurar perceber se as relações económicas entre Angola e Portugal têm evoluído.

Palavras-chave: Angola, Portugal, Economia, Investimento, Parcerias.

Abstract: Angola is in a stability, reconstruction and development stage with remarkable economic growth rates which allows us to foresee a growth in bilateral economic relations in different opportunity areas.

Portugal for obvious historical reasons has been a privileged partner with the PALOP in particular with Angola. Simultaneously the economic and political interest of Portugal in maintaining a good relationship with Angola is also obvious.

The objective of this study is precisely to understand if economic relations between Angola and Portugal have evolved.

Keywords: Angola, Portugal, Economy, Investment, Partnerships.

1. INTRODUÇÃO

A economia angolana tem apresentado elevadas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos, em resultado, fundamentalmente, do estabelecimento de um clima de paz no país, do bom desempenho dos sectores petrolíferos e não-petrolíferos, impulsionado em simultâneo pela alta dos preços internacionais e pelo aumento da produção, e ainda pela eficácia da estratégia de estabilização económica, posta em prática pelas autoridades angolanas.

Portugal, com uma economia pequena e aberta, depende da evolução económica e dos mercados internacionais. Consequentemente é do interesse estratégico de Portugal o reforço das relações com os países de expressão portuguesa, tanto no campo político como também no domínio económico. E no que toca às relações económicas com os países de expressão portuguesa, Angola surge como uma das prioridades para Portugal.

A importância deste tema tem a ver principalmente pelo facto de Angola ter alcançado a paz em 2002 e a sua economia ter vindo a registar um constante crescimento económico. Portugal, por sua vez, tende a reforçar e estimular a sua imagem positiva como um país propício para a realização de negócios e adequado à captação de investimentos.

Os dois Estados mantêm uma ligação histórica de mais de cinco séculos, no entanto, a proximidade cultural e linguística tem sido o factor facilitador para que Angola seja o principal destino das exportações portuguesas fora da U.E. Assim, pareceu-nos essencial analisar as dinâmicas económicas decorrentes deste relacionamento.

Esta pesquisa tem como objecto de investigação a relação económica bilateral entre Angola e Portugal, em que, nos propusemos investigar, se a relação económica bilateral entre Angola e Portugal tem evoluído.

De uma forma resumida, abordaremos em relação a problemática do estudo os seguintes aspectos: Fundamentos da relação bilateral Luso-Angolana; Política económica angolana; Política económica portuguesa; Relações económicas Angola-Portugal (2005-2010) e, Oportunidades e dificuldades no relacionamento.

2. FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO BILATERAL LUSO-ANGOLANA

A tendência actual da economia mundial pressupõe, é certo, mais concorrência do que no passado. Mas a globalização exige também uma cooperação mais estreita e alianças estratégicas entre empresas, levando-as a actuar em rede, com vista a tirar partido de factores da mais diversa índole, designadamente linguística, cultural e histórica, que lhe possam ser, em princípio, favoráveis.

Com efeito, dentro da lógica de constituição de espaços internacionais, formais ou não, e dos processos em curso na economia mundial como a globalização e a regionalização, "este tipo de relações [entre língua, história e cultura, por um lado, e economia, pelo outro], tornou-se alvo de uma atenção crescente" (Silva, 2002, p.

205). Como foi salientado por Ludwig Von Mises na sua obra *Nation, State, and the Economy* (1919): “Uma comunidade de línguas une e uma diferença de língua separa pessoas e povos” (Yeager *apud* Silva, 2002, p. 207).

A expansão sustentada da língua portuguesa – actualmente a quinta língua mais falada do mundo, por 258 milhões de pessoas – constitui um objetivo estratégico. “Na esfera económica, os países lusófonos contribuem com 4,4% da riqueza mundial e 2,3% do comércio internacional” (Azevedo, 2013, p. 23), de acordo com um estudo do Banco Espírito Santo (BES).

Com efeito, “podemos ir ao encontro de um universo de quase 260 milhões de falantes” (Guerreiro, 2011, p. 11).

Como língua global, o português tem potencialidades em cada um dos outros membros da CPLP, na respectiva região e nas organizações internacionais.

“Tal como os custos de transacção são minimizados através do uso de uma moeda comum, também os custos de comunicação são minimizados pelo uso de uma língua comum” (Silva, 2002, p. 210).

Do ponto de vista cultural, importa ter presente que pertencer a mundos culturais diferentes não significa que não haja muito de comum entre dois países neste domínio. Devemos, entretanto, reconhecer as consideráveis afinidades, ou mais exactamente, a existência de importantes raízes culturais comuns.

Segundo Silva (2002, p. 221):

A existência de importantes raízes culturais comuns entre ambos os países afigura-se dificilmente questionável e, para além da língua, pode ser um bom ponto de partida para uma parceria económica bilateral, designadamente visando a sua dinamização internacional.

Bergeijk (1996, p. 210) afirma que: “Under the condition of free and full international competition, a country will be able to maintain its position in areas where it has a strong cultural affinity.”¹

Por outro lado, embora se reconheça a importância da história no desenvolvimento das relações bilaterais, certas técnicas econométricas, designadamente do modelo gravitacional, privilegiam variáveis físicas como a distância geográfica ou o valor do Produto Interno Bruto (PIB), em detrimento do papel da história e, por extensão, da cultura, da língua e outras variáveis semelhantes².

Importa referir que, os dois países têm basicamente vantagens na comunicação, resultantes da utilização do mesmo idioma, de uma história partilhada e de um certo número de raízes culturais comuns.

Pensamos entretanto que, se tem vindo cada vez mais a reconhecer a importância, antes negligenciada, da língua, da cultura e da história no âmbito do desenvolvimento económico, designadamente ao nível da competitividade entre as nações.

¹ Na condição de concorrência internacional livre e plena, um país será mais capaz de manter a sua posição em áreas onde tem uma forte afinidade cultural (Tradução nossa).

² Para além das três áreas mais referidas ao longo deste texto (língua, história e cultura), facilmente poderíamos encontrar outra: a religião, cuja influência foi tão evidente no caso de Timor-Leste.

Do ponto de vista da economia global, é claramente mais fácil a circulação de pessoas, bens e capitais num espaço com afinidades linguísticas, assim como vivências históricas e culturais comuns.

“Na realidade, se conclui que portugueses e angolanos se compreendem na mesma língua e que, mais do que isso, encontram claramente interesses comuns com vista à concretização de negócios comuns” (Ferreira, 2011, p. 1).

Em suma, a língua, tendo intrinsecamente um papel unificador, influencia determinantemente as economias, quer as trocas comerciais, quer na promoção da internacionalização das empresas, passando pelo desenvolvimento de relações sociopolíticas, assim como a mobilidade de pessoas e de ideais.

3. POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA (2005 - 2010)

3.1. IMPORTÂNCIA DE PORTUGAL NA POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA

Portugal pertence a um bloco económico mundial muito importante e fundamental que é a UE; tem relevantes ligações adquiridas no mundo empresarial e de negócios; tem um capital humano, técnico e cognitivo assinalável. Portanto, num quadro de cooperação, Portugal tem condições de ajudar a promover as empresas angolanas para se afirmarem no mundo. De notar que, por razões óbvias, baseadas na história secular e outras afinidades como a linguística, em Angola, tanto os portugueses, como os seus produtos e serviços, são francamente apreciados.

Portugal é o quarto maior investidor estrangeiro em Angola, contudo, se excluirmos as matérias petrolíferas e os diamantes, os portugueses são os que mais investem em Angola.

No entanto, para Portugal, Angola é o primeiro mercado extracomunitário e um parceiro comercial incontornável, pelo que faz todo o sentido este investimento. Angola tem estado aberta ao investimento português, à transferência de *know-how* e à qualificação que as empresas portuguesas podem oferecer aos parceiros angolanos.

A maior parte do investimento luso em terras angolanas destina-se aos sectores da construção (42,2%), seguido da indústria (20,6%) e dos serviços (12,31%). Na vertente empresarial e segundo dados da delegação da Agência Internacional de Comércio e Exportação Portuguesa (AICEP) em Luanda, estão instaladas em Angola mais de 200 empresas portuguesas, merecendo especial referência o sector financeiro, onde a representação lusa é forte, especialmente através dos Grupos Banco Português Internacional (BPI), BES e do Grupo Millennium Banco Comercial Português (BCP).

Como reflexo do crescente interesse do empresariado português em Angola, reside o aumento verificado ao nível das exportações portuguesas, colocando-o no quarto lugar de destino dos produtos portugueses no estrangeiro. Em 2008, as exportações portuguesas atingiram os 2039,7 milhões de Euros (65% das vendas ao estrangeiro), quando em 2003, este valor fora de 649 milhões de Euros e em 2002 de 569 milhões de Euros.

A presença efectiva e o conhecimento do mercado dão às empresas portuguesas uma vantagem competitiva, numa altura em que o país está a

despertar o interesse de outros investidores.

Mais do que apenas exportarem para o mercado, as empresas portuguesas procuram ter uma presença efectiva e continuada no país.

Os produtos portugueses com maior representatividade em Angola são as máquinas e aparelhos (cerca de 25%), os produtos alimentares (cerca de 19%) e os veículos e outros meios de transporte (com cerca de 9%).

3.2. INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA ANGOLANA

A ascensão de Angola à independência nacional coincide, grosso modo, com o início da implantação no país do “ciclo do petróleo” e, num contexto global, com a explosão petrolífera da década de 70 do século XX decorrente dos choques produzidos pelos aumentos vertiginosos do preço do crude no mercado internacional. A partir de então não parou de crescer, atingindo valores paradigmáticos nos últimos anos.

Neste contexto, o Investimento Directo de Angola no Estrangeiro (IDAE) reflecte a expansão sem precedentes da entrada de receitas provenientes do petróleo.

Com o passar dos anos é cada vez mais “gritante” a necessidade mundial por petróleo e os seus derivados; a Sonangol³, entidade doméstica líder na economia política de Angola, tem vindo a consolidar-se como uma empresa credível a nível internacional. No âmbito do seu processo de internacionalização, a petrolífera angolana está decidida a usar a sua cotação accionista neste país para se expandir no mercado da U.E. Assim, Portugal será preferencialmente a porta de entrada de Angola na Europa.

Com a subida do preço do petróleo e as novas descobertas petrolíferas no país, a empresa tem vindo a ganhar nos últimos quatro anos uma situação financeira invejável, assim como capacidade para investir no estrangeiro.

Nesta perspectiva, destacamos a parceria com a Galp Energia, o controlo da Sopor em parceria com a Galp, a criação de uma *holding* com a Energia de Portugal (EDP) e os também angolanos Banco Privado Atlântico (BPA) e Finicapital. De igual modo, está presente como accionista do Millennium BCP e no Millennium Angola, no Banco Totta Angola (BTA), na Mota-Engil, etc.

Em todo o caso importa referir que a tomada de posições accionistas por parte da Sonangol em empresas portuguesas, quer em Portugal quer em Angola, tem suscitado por parte de analistas económicos, e não só, diversas interrogações no sentido de se perceber as razões deste interesse. Pensamos que as razões vão do interesse estratégico que este passo pode representar para cimentar interesses portugueses no mercado angolano até à necessidade de entrada de meios financeiros nas referidas empresas. Assim, convém seriamente olhar

³ A Sonangol – criada em 1976 com a nacionalização da Angol – transformou-se na maior empresa pública angolana. Com um volume de negócios de 7,376 mil milhões, de dólares em 2005, a Sonangol possui uma infinidade de participadas, divididas entre o petróleo – 13 subsidiárias para a indústria petrolífera e cinco para a distribuição – e as actividades complementares: banca, seguros, construção civil, aviação, transitários, comércio a retalho (como assistência à produção agro-pecuária) e telecomunicações.

para o cenário mais que provável que irá ocorrer a médio-prazo: a passagem de algumas posições accionistas da Sonangol para empresários angolanos, mantendo-se eventualmente aquela em posição dominante. A exemplo disto, referimos que, “o Estado angolano comprou os 49% detidos pela Cimpor (...) contraindo um empréstimo do Banco BIC (...) entregando depois aquela participação à Ciminvest” (Costa, Lopes & Louça, 2013, p. 46). E isto tanto se aplica às empresas participadas em Portugal como em Angola. E aí sim, tem todo o sentido reflectir-se sobre o seu significado e consequências para as empresas portuguesas. Haverá alguma estratégia pensada? Obviamente sim embora com propósitos diferentes. Na banca, tomar posições na “casa-mãe” em Portugal tem uma motivação claramente económica. Mais do que ganhar muito com o mercado português, é uma forma de ter uma palavra forte nas estratégias dos bancos para Angola. E para que os interesses locais se desenvolvam é necessário acesso ao crédito. A história mostra que não se vai longe sem estar ligado ao capital financeiro. Quanto à Galp, a situação parece-nos um pouco diferente. O que é que a Galp pode oferecer em termos de produção quando comparado com a Sonangol? Muito pouco. Os acordos de partilha de produção dão à Sonangol uma posição invejável. Daí que a participação na Galp tenha como principal motivo a componente política. É uma forte e inteligente afirmação de Angola sobre o Estado português naquilo que é considerado um símbolo da soberania portuguesa.

Para além dos grandes investimentos da Sonangol em Portugal, empresários angolanos também investem o seu capital, com participações em empresas portuguesas cotadas em bolsa como a Zon (29%), o BPI (19,50%), o BCP (2%), a Cofina (15%) e a Impresa (1%).

A afirmação do Presidente da República de Angola reflecte bem este aspecto:

Nós precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios, para sairmos progressivamente da situação de país subdesenvolvido (Angola, 2013).

O investimento angolano em Portugal não se esgota, naturalmente, nos números e ligações aqui apresentados, até porque, pela própria dinâmica económica de um país em acelerado crescimento como Angola, a paisagem deste investimento altera-se todos os dias.

3.2.1. ENTRADA DO CAPITAL DA SONANGOL NA GALP

Com a paz, o Governo angolano cedo percebeu a importância de fomentar um sistema financeiro que lhe permitisse viabilizar projectos do Estado e também fazer transferência de dinheiro para o exterior.

O movimento concertado com o apoio das autoridades para que grupos angolanos sejam accionistas das empresas portuguesas com interesse no seu país, concretiza-se com operações como a entrada da Sonangol no capital accionista da Galp.

O objetivo do Governo de Angola é linear, assentando na premissa de que é preciso criar uma burguesia nacional forte que se associe e dispute espaço

com os investidores estrangeiros. A concretização deste objetivo passa, em boa parte, pela conjugação da fragilidade financeira de Portugal, por contraponto à opulência revelada por Angola.

O primeiro convite feito à Sonangol para entrar na Galp terá partido do Governo socialista eleito em 2005, atendendo às boas relações que José Sócrates vinha estabelecendo com as autoridades angolanas, tendo sido concretizada no mesmo ano, quando o Governo do Partido Socialista (PS) completou a privatização preparada por Durão Barroso.

A negociação da entrada no capital da Galp pela empresa petrolífera angolana Sonangol é elucidativa, uma vez mais, de que a decisão empresarial *tout court* teve o respaldo total do Estado português. Ou seja, a este nível, a diplomacia económica da responsabilidade do Governo português esteve sempre presente e a apoiar a *business diplomacy* da própria empresa.

Pela dimensão dos capitais envolvidos na operação, a entrada dos angolanos na Galp pode ser vista como um virar de página no relacionamento bilateral.

Com esta operação, a Sonangol pretendia também alcançar o estatuto e a credibilidade que lhe permitissem ganhar balanço para se colocar numa bolsa mundial. Para isso, contou com um apoio firme do Governo angolano, que fez valer os seus pontos de vista, cada vez mais fortes, tendo em atenção o peso crescente que Angola tem para as exportações portuguesas, junto do Executivo português.

Assim, dentro do xadrez económico e político complexo que caracterizam as relações entre os dois países, é fundamental identificar objectivamente os factores que levam os angolanos a optarem por Portugal como um destino de eleição para os investimentos de maior volume, nomeadamente, a entrada na Galp.

De acordo com o parecer de alguns analistas, Portugal é preferido por não questionar a origem do dinheiro, o que não acontece nos demais países, onde há maior pressão nesse sentido.

Na nossa mais modesta opinião pensamos que, Portugal é preferido porque Angola está comprometida com uma relação de cerca 532 anos, onde a afectividade e a língua valorizam estes investimentos, tornando inevitável a aliança entre ambos.

3.2.2. INTERNACIONALIZAÇÃO VS TRANSPARÊNCIA

A burguesia é um processo já antigo, que muitos chamam de fase inicial do capitalismo ou, como Marx, de acumulação primitiva do capital. Em cada sociedade e em cada época terá facetas particulares. Mas as fases e os processos essenciais são idênticos. Em Angola passa-se o que aconteceu na Inglaterra antes da Revolução Industrial, em França a partir do século XVII, na China actualmente, na Rússia, etc.

A burguesia angolana constituiu-se em poucos anos, através de “gigantesca” acumulação a partir da renda petrolífera e da concentração dos seus benefícios no aparelho político.

A lei angolana permite que qualquer cidadão possa ter acesso à propriedade privada e desenvolver actividades económicas como empresário, sócio ou

accionista e criar riqueza pessoal e património.

Como indicou o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos: "... precisamos de empresas, empresários e grupos económicos nacionais fortes e eficientes no sector público e privado e de elites capazes em todos os domínios..." (Angola, 2013).

Daqui depreendemos que, para o Executivo angolano, a acumulação primitiva de capital que tem lugar hoje em Angola deve continuar e adequar-se à nova realidade, pois, não tem nada a ver com corrupção, nem com o desvio de bens públicos para fins pessoais. Os angolanos têm o mesmo direito de ter propriedade privada e de criar riqueza pessoal e património.

A nova burguesia angolana encontra em Portugal a plataforma ideal: um país onde a crise financeira provoca apetência de investimento directo nos grupos económicos dominantes, alguns deles monopolistas, e onde o desemprego cria um excedente de quadros disponíveis para emigrar.

Num quadro de recuperação económica que se avizinha para Portugal - com o fim do programa de assistência financeira implementada pela *Troika* desde 2011, no auge da diplomacia económica e numa altura em que o Governo português criou o visto dourado para investidores - é incompreensível e inaceitável que só as riquezas dos angolanos e a sua forma de aquisição sejam questionadas, quando chineses, brasileiros, nigerianos e outros cidadãos fazem livremente a sua vida. Será que apenas a fortuna dos angolanos é que é conseguida de forma ilícita?

Pelo que se tem verificado nos últimos tempos, em Portugal existe a convicção de que a criação de fortuna, para os angolanos, está obrigatoriamente relacionada com corrupção e actos ilícitos.

Em Angola, vigora a lei da probidade pública administrativa que, aliás, tem merecido elogios do FMI e de outras entidades financeiras mundiais, já que esta lei melhorou muito a fiscalização. Os especialistas do FMI estiveram em Angola e deram nota excelente ao desempenho da economia angolana, validando assim os avultados empréstimos para o desenvolvimento do processo de reconstrução nacional.

Por outro lado, Angola tem encontrado noutros parceiros e noutros continentes a compreensão, o respeito e o entendimento que lhe têm sido negados a nível dos países ocidentais. Governos como os da China, Índia e Brasil, por exemplo, têm-se revelado opções politicamente mais sólidas e economicamente mais vantajosas para o estabelecimento de parcerias com países como Angola, que sustentam o seu crescimento e desenvolvimento.

4. POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA (2005 - 2010)

4.1. IMPORTÂNCIA DE ANGOLA NA POLÍTICA ECONÓMICA PORTUGUESA

O sistema económico angolano está hoje presente em muitos dos grandes grupos portugueses e providencia o financiamento de necessidades imediatas, recapitalizando bancos e empresas, participando ou multiplicando formas de cooperação bilateral.

Refere-se que, Angola é considerada um mercado muito relevante para as

exportações das empresas portuguesas, com consequências no investimento e na respectiva presença no mercado. Em particular, dadas as suas carências, é uma boa aposta para investimento, sobretudo em sectores como a construção de infra-estruturas e obras públicas.

O peso de Angola na economia portuguesa vai muito além das participações cruzadas com empresários e empresas angolanas.

Actualmente, mais de sete mil empresários portugueses exportam para Angola, uma vez que este é o quarto principal destino das exportações portuguesas e o primeiro fora da Europa. Por outro lado, verificamos uma crescente participação de capital angolano nas empresas portuguesas instaladas no mercado e, fenómeno mais recente, nas empresas domiciliadas em Portugal, contribuindo assim para um reequilibrar de interesses e posições entre os dois países. “O poder do capital angolano na banca portuguesa faz-se sentir pelo peso accionista directo, mas também pela dimensão do negócio das filiais em Angola” (Costa et al., 2013, p. 41). Todavia, a ocupação de posições determinantes na banca é estratégica não só pela razão principal já referida – acesso a uma praça financeira permeável e ligada às praças financeiras internacionais – mas também porque Angola valoriza as relações com Portugal.

Ainda, segundo os mesmos autores (2013, p. 41):

A aquisição de posições accionistas relevantes na banca portuguesa acabou por transformar o capital em credor, por via da aquisição bancária de inúmeros grupos financeiros descapitalizados, tendo o capital angolano usado a vantagem dessa posição e lançando-se na tomada de posições fortes e mesmo de controlo em novos sectores como em grupos da construção civil e em grupos de media.

O sucesso português no mercado angolano passa muito pela facilidade cultural e relacional que as empresas sentem quando chegam a Angola, com a naturalidade na relação entre as duas economias e as empresas. Acresce o facto de que a economia angolana sente a necessidade de apostar na construção de um futuro promissor pois, como todos sabemos, o negócio petrolífero não irá durar para sempre.

Não obstante os vários problemas, Angola e Portugal reconhecem as vantagens mútuas e parecem apostadas no reforço das relações bilaterais, sobretudo nas suas vertentes económica e empresarial.

Na prossecução deste interesse, tem-se vindo a assistir a um reforço das empresas portuguesas em Angola, nomeadamente na forte presença da banca portuguesa, na exploração petrolífera, no sector diamantífero e de inúmeras empresas de construção civil e de outros sectores da mesma área. Existe também uma considerável presença portuguesa nos sectores de energia, telecomunicações, seguros, cimento, aviação civil, imobiliária, restauração, hotelaria e tecnologias de informação.

Para Portugal, que vive um dos momentos mais complicados da sua história económica mais recente, as relações com os seus principais parceiros são fundamentais, daí a grande importância de Angola na sua política económica.

4.2. INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

A internacionalização das economias é, hoje, como é sabido, um objetivo que está presente nas agendas políticas das organizações económicas supranacionais, em geral, e na dos Governos, em particular, e que veio para ficar.

Internacionalizar as empresas portuguesas é uma das principais vertentes da acção do Ministério da Economia, que não se esgotando na informação de apoio, tem nela um suporte fundamental, pois é através desta informação, num mundo crescentemente mediatizado, que se reforçam ou se consolidam as estratégias.

Actualmente, estas estratégias passam também, indiscutivelmente, pela crescente modernização, que salvaguarda a competitividade, assim como pela inovação, pelo marketing e pela partilha de riscos, através de parcerias e mecanismos de garantia, que dão consistência ao sucesso empresarial, por todos desejados.

Internacionalizar a economia portuguesa passou assim a ser um desígnio nacional crucial para o futuro do país, como se constata de forma clara pelo facto do XIX Governo Constitucional⁴ ter assumido a internacionalização da economia como um vector chave da sua política externa. No entanto, não podemos deixar de ter presente que Portugal se vê também a braços com uma crise de credibilidade, de reputação. Esta última, assumida também por Pavia e Monteiro (2013, p. 183), quando afirmam:

Recuperando, e reforçando, linhas já apresentadas pelo XV Governo Constitucional, o XIX Governo aponta a necessidade dos diplomatas portugueses se focarem nesta missão crucial para a «recuperação da reputação financeira» e do «prestígio internacional».

As sucessivas descidas dos *rankings* de Portugal, por parte das principais agências de notação financeira, que afectam não só o Estado, mas também a banca e as empresas, a par do pedido de ajuda externa, revelaram-se um contributo danoso para a imagem externa e para a capacidade do país produzir riqueza.

Portugal está, assim, colocado perante um conjunto de constrangimentos que afectam, entre outras coisas, a percepção de Portugal no exterior e que são perniciosos para o clima de negócios, sobretudo para as PME que se deparam, compreensivelmente, e no actual contexto, com dificuldades acrescidas.

Deste modo, a fim de alterar esta situação, Portugal precisará colocar a diplomacia ao serviço da recuperação da sua economia com:

A indicação de uma “nova prioridade estratégica nacional”, traduzida pela definição de uma “fortíssima diplomacia económica”, como elemento determinante para a busca de redinamização da economia e da captação de investimento estrangeiro (Pavia & Monteiro, p. 183).

A diplomacia tem assim a responsabilidade acrescida de actuar, assumidamente, no cumprimento de orientações de política externa, exercendo

⁴ Formado com base nas eleições legislativas de 5 de Junho de 2011, que o PSD ganhou com maioria relativa. Na impossibilidade de formação de um Governo com apoio parlamentar maioritário de um só partido, o PSD liderado por Pedro Passos Coelho, estabeleceu um acordo de Governo assinado a 16 de Junho de 2011, com o CDS-Partido Político, liderado por Paulo Portas. Tomou posse a 21 de Junho de 2011.

influência e dando corpo aquilo que é o cumprimento do desígnio nacional de internacionalizar a economia portuguesa. Para tal, deverá ter sempre presente, o IDEP, o IPDE, a internacionalização das empresas e as exportações de bens e serviços.

Mais do que apenas exportarem para o mercado, as empresas portuguesas procuram hoje ter uma presença efectiva e continuada no país. Encontram-se numa fase importante de consolidação no mercado angolano, com a internacionalização de empresas a ganhar dinâmica, designadamente através da realização de parcerias de médio e longo prazo. Aliás, “as relações luso-angolanas não são um jogo de soma zero, onde o ganho de um é a perda de outro, mais sim um jogo justo e equilibrado, onde ambos têm muito a ganhar” (Guerreiro & Barata, 2012, p. 9).

Contudo, consideramos interessante a preocupação reforçada que o governo português manifesta ao adaptar as Embaixadas e os Serviços Consulares para um trabalho de identificação de oportunidades de negócios, vantajosas para os empresários portugueses, e de captação de investimentos estrangeiros capaz de ajudar a dinamizar a economia portuguesa. Se é verdade que esta perspectiva já vinha sendo evidenciada por governos anteriores, não é menos verdade que foi no XV Governo Constitucional que ela se revelou mais visível e actuante, assumindo o conceito – diplomacia económica – uma presença na discussão política em particular e na opinião pública nacional em geral, de grande destaque e pertinência.

5. RELAÇÕES ECONÓMICAS ANGOLA-PORTUGAL (2005-2010)

Quanto as dinâmicas decorrentes do relacionamento económico entre Angola e Portugal entretido no período de 2005-2010 destacaremos aqui apenas as dinâmicas decorrentes do comércio e do investimento, pelo facto destas, constituírem a base da relação económica entre os dois países.

5.1. DINÂMICAS DECORRENTES DO COMÉRCIO

No que diz respeito às dinâmicas decorrentes do comércio, observa-se que as exportações portuguesas de produtos para Angola têm ganho um peso cada vez maior, passando de uma quota de 2,6% no respectivo total em 2005 para 7,2% em 2009. Em termos de ranking de clientes de Portugal, em 2005 encontrava-se na 9ª posição tendo em 2008 e 2009 ficado em 4º lugar.

Na qualidade de fornecedor, as quotas e posições de Angola vêm sendo bastante mais modestas. Em 2008, a percentagem das compras de Portugal a Angola, no respectivo valor global foi de 0,7%, a mais elevada de 2005 a 2009 (neste último ano desceu para 0,3%). A sua posição no respectivo ranking melhorou sempre de 2005 até 2008, altura em que ocupou o 21º lugar, tendo em 2009 passado para o 35º.

Tabela 1 - Importância de Angola nos fluxos comerciais de Portugal

Designação		2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Angola como cliente de	Posição	9 ^a	8 ^a	6 ^a	4 ^a	4 ^a	5 ^a
Portugal	%	2,6	3,5	4,5	6	7,2	5,2
Angola como fornecedor	Posição	63 ^a	52 ^a	24 ^a	21 ^a	35 ^a	11 ^a
de Portugal	%	0,1	0,1	0,6	0,7	0,3	1,6

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística.

(a) Referente ao período de Janeiro a Maio.

De Janeiro a Março de 2010, Angola, como cliente, teve uma quota de 5,2% e situou-se na 5^a posição e, enquanto fornecedor, o seu peso no valor global das importações foi de 1,6% e ficou no 11^o lugar.

Ao contrário do que acontece nos saldos globais das relações comerciais entre Angola e o exterior, que apresentam enormes excedentes para Angola, a balança comercial luso-angolana é tradicionalmente muito desequilibrada e favorável a Portugal, tendo registado em 2009 um saldo superior a 2 mil milhões de euros.

As exportações para Angola aumentaram consideravelmente de 2005 a 2008, passando de, respectivamente, cerca de 803 milhões de euros para 2,3 mil milhões de euros, tendo ocorrido em 2009 uma ligeira redução face ao ano anterior. A respectiva média das taxas de crescimento anuais de 2005 a 2009 foi de 30,9%.

O valor das importações aumentou muito significativamente de 2005 para 2008, passando de respectivamente, cerca de 25 milhões de euros para 408 milhões de euros, tendo diminuído em 2009 para 151 milhões de euros. O crescimento médio anual no período em análise foi, neste caso, de 164,4%.

A evolução das importações vem sendo determinada pelas compras por parte de Portugal de petróleo proveniente de Angola.

Tabela 2 - Evolução da balança comercial bilateral

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Exportações	803.029	1.210.189	1.684.325	2.261.264	2.246.024	735.576
Importações	25.13	52.749	369.378	407.996	151.089	215.106
Saldo	777.899	1.157.440	1.314.947	1.853.268	2.094.935	520.470
Coef. de Cobertura	3195.4%	2.294.20%	456.00%	554.20%	1.486.60%	342.00%

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

No contexto do comércio internacional de Angola e segundo as estatísticas do *International Trade Centre* relativas a 2008, Portugal ocupou a 14^a posição enquanto cliente (0,9% das exportações angolanas) e a 1^a como fornecedor (16,3% do valor das importações).

Neste período, assistiu-se a uma progressão de Angola como parceiro comercial de Portugal, sobretudo como destino das suas exportações⁵.

Depois de uma caracterização geral sobre a evolução do comércio luso-angolano de mercadorias, que nos permitiu estabelecer algumas ideias claras sobre as grandes tendências do período, impõe-se agora que nos debruçemos sobre vários aspectos da estrutura das exportações e importações, em particular para procurar saber o tipo de produtos que mais estiveram na base do processo, uma tarefa também imprescindível em termos de análise de seu conteúdo.

Nas exportações portuguesas para Angola por grupos de produtos, em 2009, as máquinas e aparelhos ocuparam a primeira posição, com 29,8% do respectivo total. Seguiram-se os produtos alimentares (13,6%), os metais comuns (13,2%) e os veículos e outro material de transporte (9%).

Os quatro primeiros grupos de produtos representam, em conjunto, cerca de 66% do respectivo valor global.

Desses agrupamentos, tem-se verificado o aumento do peso relativo das máquinas e aparelhos e dos metais comuns no total exportado e a redução da percentagem relativa aos produtos alimentares e aos veículos e outro material de transporte. Para isso contribuiu o processo de reconstrução que a economia angolana vem conhecendo e que implica fortes importações de bens de equipamentos, assim como de outras matérias.

No que diz respeito ao valor das importações portuguesas de Angola, este refere-se quase na totalidade ao grupo dos combustíveis minerais (98,4% do total de 2009), apesar do montante dessa categoria de produtos ter diminuído 63,3% face ao ano anterior. O peso preponderante desse agrupamento traduz uma enorme alteração relativamente à situação de 2004.⁶

Assim, com base nos dados do INE, o número de empresas portuguesas importadoras de Angola em 2008 foi de 167, tendo aumentado cerca de 39% relativamente a 2004.

Depois da quebra da sua economia, originada, como já se sabe, pela crise económica e financeira que se fez sentir com maior preponderância nos anos 2008 e 2009, Portugal importou de Angola combustíveis minerais em 2008 no total de 99,4%. O segundo produto com maior representatividade na pauta de importação portuguesa foram as máquinas e aparelhos com 0,5% do total em 2009. Vejam, entretanto, a enorme discrepância entre a representatividade do primeiro (99,4%) em relação ao segundo (0,5%) produto mais importado neste período.

⁵ Com base nos dados do INE, o número de empresas portuguesas exportadoras para Angola aumentaram significativamente, passando de 7.336 em 2004 para 10.130 em 2008.

⁶ Quando ainda não se procedia à importação de petróleo de Angola.

5.2. DINÂMICAS DECORRENTES DO INVESTIMENTO

Na perspectiva das modernas economias internacionalizadas, quando se visa efectivamente reforçar as relações externas entre dois países ou elevar o seu padrão, o desempenho dos capitais de longo prazo, em particular o investimento directo, é decisivo.

O IDAE tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante na economia angolana. A nível mundial é bastante mais importante enquanto receptor de IDE, do que enquanto emissor⁷.

A atracção dos investidores estrangeiros por Angola deve-se sobretudo às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos sectores relacionados com o petróleo. Sendo que, por parte de Portugal, o interesse recai fundamentalmente nas actividades não petrolíferas.

Analisando agora as dinâmicas decorrentes do investimento entre Angola e Portugal, referimos que Angola tem vindo a representar um parceiro cada vez mais importante nas relações económicas de Portugal com o exterior, acompanhando, assim, as tendências já registadas nas áreas do comércio de bens e serviços.

Tendo em vista o fortalecimento das relações económicas existentes entre os dois países, foi aprovado o Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Luanda em 22 de Fevereiro de 2008.

Por outro lado, o investimento português em Angola foi caracterizado, em 2007 e 2009, por valores de desinvestimento consideráveis, que conduziram a que o investimento líquido tenha sido negativo, conforme se observa na tabela nº 3.

As principais aplicações do investimento português em Angola, de 2007 a 2009, foram a construção, o comércio por grosso e a retalho e as actividades financeiras (representaram, em conjunto, nesses anos entre cerca de 91% e 95% dos respectivos valores globais).

Tabela 3 - Investimento directo de Portugal em Angola

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Investimento bruto	263.647	273.720	451.124	775.127	557.430	84.118
Desinvestimento	109.100	77.961	1.218.903	1.434.059	1.124.579	113.040
Investimento líquido	154.547	159.759	-767.759	-658.932	-567.149	-28.922

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

⁷ De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, em 2008, o país posicionou-se em 25º lugar do *ranking* mundial enquanto receptor de IDE (0,9% do total mundial), num universo de 233 países, e ocupou a 41ª posição no conjunto dos países emissores (0,1% do total mundial).

Todavia, é interessante notar que, tanto Angola como Portugal criaram várias políticas de incentivo e de apoio ao IDE. Deste modo, no quadro dos apoios existentes para o investimento português em Angola, destacam-se os seguintes:⁸

- A criação em Angola do primeiro Fundo de Investimento Privado Angolano (FIPA), que serve os investimentos no sector privado. Este fundo participará de forma minoritária e temporária no capital das empresas, tendo como única garantia para a concessão de financiamentos, o capital social respectivo, dando prioridade a projectos de prospecção, privatização, e reestruturação de capitais, devendo disponibilizar numa primeira fase cerca de 25 milhões de USD para investimento;

- O PAC e o PIC têm disponibilizado vários milhões de EUR, tendo por objectivos apoiar projectos a nível das províncias e municípios mais necessitados, as parcerias público-privadas e o apoio às pequenas empresas;

- Na sequência do acordo de reestruturação do pagamento da dívida de Angola a Portugal, o Estado português, através da COSEC, procedeu à abertura de uma linha de crédito para cobertura de riscos a operações de exportação para Angola de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa (crédito fornecedor) e para importadores angolanos através da cobertura dos financiamentos atribuídos pelos bancos angolanos a esses importadores (crédito comprador), até ao montante global de 100 milhões de EUR;

“Todos estes apoios incentivaram o crescimento abrupto de Angola e têm vindo a garantir a segurança daqueles que tendem a investir no país” (Pavia et al., 2012, p. 84).

Apesar de todo este apoio, Angola está interessada em atrair investimento privado estruturante, aquele que tem um impacto positivo não só em matéria de criação de emprego, mas que contribui para a diversificação da economia e para a redução das assimetrias regionais. Com efeito, face a este interesse, salientamos, entretanto, a legislação da Lei nº 20/11, de 20 de Maio de 2011, que introduz como montante mínimo de investimento um milhão de dólares. A nova lei confere um tratamento diferenciado – benefícios, incentivos e principalmente o apoio do Governo – premiando os investimentos com maior impacto na economia e nas finanças do país.

Na qualidade de mercado emissor de investimento para Portugal, embora o peso de Angola nos fluxos de IDE total ainda seja reduzido (0,4% em 2009), é de referir que o montante investido, em termos brutos, passou de, aproximadamente, 6,3 milhões de euros em 2005 para cerca de 113,9 milhões de euros em 2009.

De facto, tem-se verificado uma crescente participação de capital angolano nas empresas portuguesas domiciliadas em Portugal, contribuindo assim para um reequilibrar de interesses e posições entre os dois países.

⁸ Ver a este propósito, “A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional” (Pavia et al., 2012, p. 83)

Tabela 4 - Investimento directo de Angola em Portugal

Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010a
Investimento bruto	6.255	17.672	15.184	49.820	113.942	11.615
Desinvestimento	474	149	10.804	4.129	16.033	40
Investimento líquido	5.781	17.523	4.380	45.694	97.909	11.575

Fonte: Banco de Portugal.

(a) Refere-se ao período de Janeiro a Maio.

A Sonangol e alguns bancos angolanos reforçaram o seu investimento em Portugal. Para além destes, outros empresários privados angolanos manifestaram interesse em investir em Portugal, mais não acreditamos que venham a tomar grandes posições em grupos empresariais portugueses.

6. OPORTUNIDADES E DIFICULDADES NO RELACIONAMENTO

6.1. OPORTUNIDADES NO RELACIONAMENTO

“As crises (...) devem funcionar como janelas de oportunidades, impondo um repensar de políticas e instrumentos para otimizar a utilização dos recursos disponíveis numa economia” (Azevedo, 2011, p. 14).

Tal como as empresas devem ser dinâmicas e abertas à transformação das características e potencialidades dos mercados, também estes se alteram. Na decisão empresarial não são apenas os factores internos à empresa que contam para as opções estratégicas de investimento. Os chamados factores de localização, em muitos casos, são decisivos. Factores económicos, naturalmente, mas não só. A maior ou menor instabilidade política, questões de ordem social, laboral e jurídica, entre outros, condicionam aquele tipo de decisão. Angola é, a este nível, um caso paradigmático. “Desde que se tornou independente, já passou por diversas fases, ora estimulando o investimento estrangeiro ora afugentando-o” (Ferreira, 2010, p. 61). Neste momento parece que todos os factores estão em alta e deslumbram as empresas portuguesas.

O potencial e as oportunidades do mercado angolano vivem lado a lado com naturais dificuldades e riscos, mas o Governo português já deu sinais claros de que Angola constitui uma prioridade. Uma certa partilha de cultura, de afectos e de emoções é um privilégio dos empresários portugueses que se viram para Angola. A ideia e a prática da lusofonia, de resto, implicarão, mais tarde ou mais cedo, uma coordenação de interesses alargada a outros países de língua oficial portuguesa.

Os empresários devem estar atentos a essa janela de oportunidades, tanto que, em tempos de globalização, é notório o esgotamento do modelo tradicional de Portugal, consubstanciando-se “o mundo em português” como o novo espaço privilegiado para muitas empresas que só na internacionalização poderão encontrar um destino útil.

Os maiores incentivos ao investimento em Angola advêm do ambiente de um país em que a guerra dificultou, durante anos, a participação e o envolvimento

de parceiros internacionais dotados de meios financeiros e técnicos necessários ao seu desenvolvimento e que se encontra agora numa posição de abertura ao exterior, disponível a facilitar o investimento privado nacional e estrangeiro, dispondo de diversos e abundantes recursos naturais e mão-de-obra receptiva à formação e qualificação nas diversas áreas de actividade. No caso português, acresce a língua comum, uma mais-valia que importará valorizar.

Por outro lado, o sucesso de qualquer projecto de investimento num mercado externo depende, em primeiro lugar, da sua qualidade mas também, em larga medida, da sua adequação à realidade e necessidades do país de destino e da sua relevância para o desenvolvimento nacional. Para isso, é fundamental conhecer profundamente as especificidades do país e o seu enquadramento legal e regulamentar o sistema fiscal e o ambiente de negócios. Sempre que possível deverá apostar numa parceria local para facilitar o conhecimento do mercado e a integração no país.

Sucintamente pode-se referir como principais áreas de oportunidades de negócios: actividades relacionadas com infra-estruturas (estradas, ferrovias, energia, água, saneamento básico, etc.); tecnologia de informação e comunicações; consultoria; industria (produtos industriais, máquinas e equipamentos); serviços em geral, com particular destaque para a saúde, a educação e formação, transportes e distribuição; etc. Por outro lado, dispõe de algumas vantagens como: as marcas tradicionalmente reconhecidas; o reconhecimento da qualidade dos produtos portugueses; a forte ligação entre ambos os países; o grande conhecimento da realidade angolana e as boas relações institucionais.

As empresas angolanas em Portugal actuam em áreas ainda muito restritas. No entanto, Portugal oferece muitas oportunidades.

Portugal tem um ambiente político estável com um Governo parlamentar democrático, constituindo um país acolhedor para negócios e investimentos internacionais.

Nos últimos anos, empresas angolanas adquiriram participações relevantes nos Bancos BPI e BCP, na petrolífera Galp Energia, através de uma parceria na Amorim Energia, e também na ZON, além do controlo do Jornal Sol. A Mota-Engil também tem parceiros angolanos.

6.2. DIFICULDADES NO RELACIONAMENTO

Angola é um mercado com peculiaridades que, por vezes, não são consideradas pelos exportadores e investidores portugueses. É também, claramente, um país de oportunidades, no entanto, não pode ser encarada como tábua de salvação para empresas que estejam numa situação difícil em Portugal.

Assim, no contexto das relações económicas e empresariais estabelecidas entre Portugal e Angola observa-se um conjunto de dificuldades como, por exemplo, o facto de empresas portuguesas estarem a desenvolver de forma incipiente o processo de internacionalização; o facto de a cooperação não ter evoluído ao melhor ritmo, revelando ainda um *deficit* significativo, o que dificulta a internacionalização das empresas portuguesas; a falta de peso político/económico significativo para se afirmarem no mercado angolano e finalmente a

existência em Angola de sectores da actividade económica que são considerados reserva do Estado, levando a que a maioria dos projectos de investimento privado tenha que ser submetidos a aprovação governamental.

Acresce o facto de alguns empresários que procuram investir no país não se dotarem previamente de informações de enquadramento das actividades económicas e não assentarem a sua decisão numa base de racionalidade económica.

Ainda nesse domínio, não é menos importante a concorrência de empresas chinesas. Com efeito, Angola tornou-se, para a China, uma fonte fundamental de recursos energéticos, daí os enormes empréstimos e ajudas ao desenvolvimento provenientes da China, que chegam ao país em multiformes empreendimentos. O avultado empréstimo concedido pela China implicou que muitos investimentos, até então da responsabilidade do Estado angolano e com financiamento das próprias empresas portuguesas, nomeadamente no sector das obras públicas, passassem a ser financiados, integral e directamente, por este novo parceiro, traduzindo-se no afastamento dos parceiros de outras nacionalidades, nomeadamente os portugueses.

As dificuldades de obtenção de vistos ordinários e de trabalho, são como é óbvio, o maior constrangimento para as empresas angolanas em Portugal.

6.2.1. RECUO NA PARCERIA ESTRATÉGICA

No que diz respeito ao relacionamento diplomático bilateral entretido entre Angola e Portugal, tanto o Estado angolano quanto o Estado português têm apostado numa marcadíssima homogeneidade e continuidade. Depois de um início tenso, tem havido oscilações, avanços e recuos, pequenas crises por vezes preocupantes e corrosivas para ambas as partes; mais tem-se sempre cancelado uns aos outros e têm-no feito sempre contra um plano de fundo, no fundamental pouco variável.

Os sinais de melhoria no relacionamento político entre Angola e Portugal ocorreram com o Governo de José Sócrates.

A primeira visita a Angola, do primeiro-ministro português, José Sócrates, em 2006, foi particularmente relevante, visto que as relações entre o Governo de Angola e o Partido Socialista (PS), que Sócrates liderava, se caracterizavam historicamente por serem crispadas. As autoridades angolanas e o Movimento Popular de Libertação de Angola⁹ (MPLA) nunca perdoaram o facto de os

⁹Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um partido político de Angola, que governa o país desde a sua independência de Portugal em 1975. Foi, inicialmente, um movimento de luta pela independência de Angola, transformando-se num partido político após a Guerra de Independência de 1961-1974. Conquistou o poder em 1974/75, durante o processo de descolonização e saiu vencedor da Guerra Civil Angolana de 1975-2002, contra dois movimentos/partidos rivais, a UNITA e a FNLA.

socialistas, com Mário Soares¹⁰ e João Soares¹¹ à cabeça, terem apoiado a União Nacional para a Independência Total de Angola¹² (UNITA), conferindo visibilidade e legitimidade à luta armada promovida por Jonas Savimbi¹³. Esta desconfiança foi visível durante a visita realizada por António Guterres a Angola. O então primeiro-ministro, só no último dia da sua estada e, ao que consta, depois de muitas influências movidas pelo então ministro do Equipamento, Jorge Coelho, junto da nomenclatura do MPLA, conseguiu ser recebido por José Eduardo dos Santos.

José Sócrates consegue ultrapassar o estigma do MPLA em relação ao PS, durante uma visita oficial a Angola em 2006, a primeira de três que realizaria a este país enquanto primeiro-ministro. Sócrates consegue cativar José Eduardo dos Santos, fala no «sentimento de confiança na economia angolana, nas instituições e nos angolanos» e inaugura a terminologia das «parcerias com vantagens mútuas». Um ano depois o presidente da República de Angola visita Portugal e reforça esta ligação. «O senhor primeiro-ministro (José Sócrates) tem dado uma contribuição ímpar ao desenvolvimento das relações bilaterais. Quero felicitá-lo por isso e pedir que continue assim». Na ocasião, também José Eduardo dos Santos ressaltou a importância das «parcerias estratégicas com vantagens mútuas».

A corte de José Sócrates a Angola foi continuada pelo seu sucessor em São Bento. Pedro Passos Coelho foi a Angola em Novembro de 2011 para classificar as relações entre os dois países como de «excelência». Acrescentando que Portugal, e claro está o seu Governo, via com «bons olhos» a «participação de capital angolano na economia portuguesa». Tendo recebido como promessa «Naquilo que for possível, Angola está aberta e disponível para encontrar em conjunto soluções que sejam vantajosas e benéficas para ambos os países, num espírito de solidariedade e de ajuda». Pedro Passos Coelho conseguiu o que queria: o apoio incondicional de Angola neste “momento difícil”.

Sabemos que tem havido oscilações, avanços e recuos, pequenas crises

¹⁰ Mário Soares foi Secretário-Geral do PS desde 1973-1986, primeiro-ministro de Portugal nos seguintes períodos: I Governo Constitucional entre 1976 e 1977; II Governo Constitucional em 1978; IX Governo Constitucional entre 1983 e 1985. Presidente da República entre 1986 e 1996 e Deputado ao Parlamento Europeu entre 1999-2004. Apoiante do movimento/partido UNITA durante a Guerra Civil angolana.

¹¹ João Soares, filho de Mário Soares, militante do PS desde a sua fundação, foi Deputado à Assembleia da República Portuguesa e Deputado ao Parlamento Europeu. Em 2004 foi candidato a liderança do PS, perdendo para José Sócrates. Foi também apoiante do movimento/partido UNITA durante a Guerra Civil angolana.

¹² A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), é um partido angolano fundado em 1966, por dissidentes da FNLA e GRAE (Governo de Resistência de Angola no Exílio), de que Jonas Savimbi, fundador da UNITA, era ministro das Relações Exteriores. A UNITA é o segundo maior partido de Angola, sendo também o maior partido da oposição no país. Desde o fim da Guerra Civil em 2002, abandonou a luta armada, convertendo-se num partido político.

¹³ Jonas Savimbi foi um político e guerrilheiro angolano e líder da UNITA durante mais de trinta anos. Tendo em conjunturas diversas, tido o apoio de vários Governos, em particular do Governo Português com destaque aos Governos liderados por Mário Soares contra o Governo angolano. Este facto nunca foi perdoado pelo MPLA, partido no poder.

por vezes preocupantes e corrosivas para ambas as partes, contudo, a crise ora instalada é bastante mais preocupante, prevendo-se deste modo, grandes dificuldades no relacionamento entre os dois países.

6.2.2. ANÁLISE DA CRISE POLÍTICA

Instalada a crise política entre Angola e Portugal, é importante agora analisar, em primeiro lugar, quais foram as razões desta crise; em segundo lugar, quais são as causas e em terceiro lugar, quais as reacções e as políticas seguidas pelos dois países.

As razões da crise passam indiscutivelmente pelo mau estar angolano. Como se sabe, a 15 de Outubro de 2013, o presidente angolano ao pronunciar o discurso sobre o Estado da Nação no parlamento angolano, referiu este mau estar que haveria com Portugal dizendo que “não estão criadas condições para realizar com Portugal uma parceria estratégica.” (Angola, 2013)

A postura do Estado português representou uma verdadeira agressão a Angola. A agressão mediática vem de representantes de órgãos de soberania, de políticos, deputados, magistrados e de partidos políticos portugueses.

As causas desta crise decorreram, em primeiro lugar, de inquéritos que estavam a ser efectuados a personalidades políticas angolanas, nomeadamente o vice-presidente, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil, e o Procurador-Geral da República. Fugas de informação que só poderiam ter ocorrido dentro do próprio Ministério Público (MP) trouxeram para a imprensa os referidos inquéritos. Em segundo lugar, do ruído que os *media* fizeram potenciando os efeitos deste escândalo.

Assim, importa dizer que os dirigentes e os decisores políticos angolanos sabem que existe em Portugal a separação de poderes e que o MP português tem autonomia. Sabem também que se aceitarem que a calúnia e a difamação são o alimento da democracia, então ela está irremediavelmente a ser atirada ao caixote do lixo. Não podemos, como é óbvio, admitir que instituições públicas que têm por obrigação preservar os valores da democracia e do Estado de Direito embarquem nesse tipo de jogos.

Portanto, do lado português, a solução para a crise foi desenvolvida mantendo uma diplomacia de silêncio e encarando as relações com Angola com a mesma normalidade que elas tinham antes do discurso do Presidente da República no Parlamento. Continuando a realizar visitas a nível ministerial; a reforçar o trabalho das Comissões bilaterais múltiplas que existem entre Angola e Portugal; continuando os programas de cooperação; a colaboração existente entre os dois países, por exemplo nas Nações Unidas, em Nova-Iorque e em Genebra; continuando o governo português a procurar criar visibilidade positiva para as empresas e para os grupos empresariais, assumindo obviamente o risco perante a opinião pública portuguesa e perante até a alguns grupos empresariais de que a não intervenção mais activa fosse considerada uma tentativa de esperar pela pro-actividade angolana em vez de ter uma política afirmativa, sublinhando sistematicamente e quantitativamente quais eram os interesses de Portugal. Muitas vezes a diplomacia faz-se pelo silêncio e não pelas palavras. Neste caso,

pensamos que, o Governo português agiu bem.

Por outro lado, o Governo de Angola continuou a comportar-se exactamente como se tinha comportado em relação a Portugal antes da intervenção do Presidente da República no Parlamento.

Pensamos que, Angola não tinha interesse nenhum em levar mais longe esta turbulência, aliás Angola levou-a utilizando uma arma diplomática que teve o seu efeito positivo, dada a capacidade de utilizar indirectamente os meios de comunicação social em Portugal.

Esta crise teve um risco para a política externa portuguesa. Um risco que o Governo fará o possível por apagar e que é ampliado, ou seja, tem o efeito multiplicado pela actual crise ou se quiserem pela intervenção financeira a que Portugal está sujeito e diminuiu a sua capacidade de intervenção internacional.

Assim, para Portugal, a percepção que existiria em países terceiros e sobretudo em capitais como Washington, Madrid, Paris, Londres ou Brasília, que a degradação das relações entre Angola e Portugal: em primeiro lugar, reduziria a sua margem de manobra diplomática; em segundo lugar, reduziria a sua capacidade de interlocução não apenas com Angola, mais também a nível internacional, e a possibilidade de se poder repercutir em decisores económicos internacionais esta degradação da capacidade de intervenção. Porque um dos activos que Portugal tem na sua política externa é a relação privilegiada com os países africanos, relação consubstanciada na CPLP, nas relações bilaterais e numa fortíssima presença económica, maior aliás em Angola do que em outros países africanos de língua oficial portuguesa. No plano internacional económico, a percepção atinge os decisores das multinacionais que estão presentes em Angola e que contratam técnicos ou que subcontratam empresas portuguesas.

Por outro lado, o risco que a política externa angolana correu foi sério; se esta crise tivesse se prolongando por muito tempo, poderia ter alterado a afectividade existente entre os dois povos, com consequências negativas numa relação especial que têm cerca de 150 mil portugueses a trabalhar em Angola. Podia, inclusive, prejudicar seriamente a presença económica portuguesa em Angola e a presença dos portugueses que estão presentes por duas razões: a língua e a afectividade.

CONCLUSÃO

Nunca, como agora, a diplomacia económica assumiu papel de tão grande relevância enquanto componente essencial da política externa e em apoio à internacionalização das economias e das empresas. A recomposição dos poderes políticos e económicos a nível mundial e regional traz responsabilidades acrescidas para a defesa dos interesses estratégicos dos Estados sendo a componente económica incontornável.

A língua, tendo, intrinsecamente, um papel unificador, influencia determinantemente as economias, quer as trocas comerciais, quer na promoção da internacionalização das empresas, passando pelo desenvolvimento de relações sociopolíticas, mobilidade de pessoas e de ideais.

O capital angolano beneficia de um amplo suporte político em Portugal. Os negócios entre os dois países constituem assim uma via de dois sentidos

que é essencial para qualquer dos parceiros: para a economia portuguesa, tem sido uma forma de financiamento e de capitalização, enquanto para a economia angolana será sobretudo a de uma praça financeira acessível, permeável e integrada no mercado financeiro mundial; uma plataforma onde a estratégia de internacionalização da sua economia se pode desenvolver, sentindo-se apoiados e principalmente, sentindo que, a prazo, não encontrarão noutra local maior confiança e rentabilidade para os seus investimentos.

A Sonangol tem sido o instrumento privilegiado dessa estratégia desenvolvendo investimentos, aquisições e parcerias internacionais que lhe permitam ter uma palavra a dizer nas instituições onde participa.

As oportunidades para as empresas portuguesas em Angola envolvem, assim, praticamente todos os sectores, quer em termos de exportações quer de investimento directo. As parcerias que diversas empresas têm mostrado vontade de concretizar para otimizar a sua presença neste mercado é o caminho certo.

No entanto, pode-se verificar pelos dados estatísticos que o IDPE em Angola tem vindo a diminuir, em função da situação recessiva que Portugal atravessa, em grande parte devido à maior dificuldade que as empresas têm em obter crédito.

No plano político, os desentendimentos entre Angola e Portugal, não irão colocar em causa um estreitamento das relações. Pese embora ainda existirem alguns constrangimentos, as oportunidades existem e as condições macroeconómicas são favoráveis. O recuo do governo angolano quanto à parceria estratégica entre os dois países constitui no momento a maior dificuldade, todavia, é importante frisar que para haver de facto uma parceria estratégica entre Angola e Portugal, é necessário primeiro que haja igualdade nas relações.

A chave para o sucesso é, e será sempre o respeito mútuo e a aceitação da soberania dos dois países, caso contrário, apesar das múltiplas parcerias, continuaremos a ver relações desequilibradas.

Em suma, o capital português ainda ocupa um lugar relevante nos grandes negócios proporcionados pelo desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços em Angola. Mas de facto não pode competir com potências emergentes como a China e o Brasil, cujas empresas desembarcam em Luanda apoiadas em poderosas linhas de crédito estatal.

Concluimos também que a economia portuguesa desempenha ainda, no cenário da economia angolana, um papel importante e constitui um elemento essencial para o crescimento económico do país. Por outro lado, as dinâmicas económicas decorrentes da relação económica bilateral entre os dois países têm de facto sido caracterizadas no período em estudo por uma considerável evolução.

REFERÊNCIAS

ANGOLA. Presidente da República, 1979- (José Eduardo dos Santos) (2013) - Mensagem sobre o estado da Nação, proferida por sua excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na abertura da II sessão legislativa da III legislatura da Assembleia Nacional: Luanda, 15 de Outubro de 2013. Luanda: [s.n.]. [Consult. 7 Abril 2014]. Disponível em WWW: <URL: http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20131015_presidente_pt.pdf>.

AZEVEDO, Fátima – Novas Regras Para Investimento Privado em Angola. *Angola-Portugal Negócios*. 86 (2011) 14.

AZEVEDO, Fátima – Europa, África e América Latina: Triângulo Estratégico. *Angola-Portugal Negócios*. 95 (2013) 23, 24.

BERGEIJK, P. Van (1996) – *The Significance of Political and Cultural Factors for International Economic Relations*. Londres: Longman.

COSTA, Jorge, LOPES, João, LOUÇA, Francisco (2014) – *Os Donos Angolanos de Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora.

FERREIRA, C. B. – Novas Formas de Parceria Aproximam Angola e Portugal. *Angola Portugal Negócios*. 86 (2011) 1.

FERREIRA, Manuel (2010) – *Angola e África na Rota de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: Edições Colibri.

GUERREIRO, Manuela – Visita Oficial: Portugal e Angola com Agenda Estratégica. *Angola Portugal Negócios*. 88 (2011) 6-11.

GUERREIRO, M., BARATA, B. – Portugal e Angola Incentivam Parcerias. *Angola Portugal Negócios*. 89 (2012) 6-11.

PAVIA, J. (Cord.), GUEDES, A., GONÇALVES, P., SARAIVA, L., BERNARDINO, L., & CARVALHO, A. (2011) – *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris? – Sociedade Editora Lda.

PAVIA, José, MONTEIRO, Manuel (2013) – *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974-2013)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

SILVA, Joaquim (2002) – *Portugal/Brasil, Uma Década de Expansão das Relações Económicas, 1992-2002*. 1.^a ed. Lisboa: Terramar.

BIBLIOGRAFIA

AICEP, Portugal Global – Angola, Dossier de Mercado. (2007, Maio).

AICEP, Portugal Global – Angola, Dossier de Mercado. (2010, Julho).

AICEP, Portugal Global – Angola, Ficha de Mercado. (2009, Abril).

AICEP, Portugal Global – Angola, Ficha de Mercado. (2009, Julho).

AICEP, Portugal Global – Angola, Oportunidades e Dificuldades no Mercado. (2008, Novembro).

AICEP, Portugal Global – Portugal, Ficha País. (2011, Março).

AICEP, Portugal Global – Portugal/PALOP: Acordos Bilaterais. (2010, Março).

AICEP, Portugal Global – Relações Económicas Portugal – Angola. (2009, Abril).

ALMEIDA, F. M. R. – A Diplomacia Pública. Negócios Estrangeiros. 6 (2003) 61-72.

BARSTON, R. P. (1997) – Modern Diplomacy. Londres: Longman.

Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Contactos que Geram Negócios. Anuário Angola. (2012/13).

Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Contactos que Geram Negócios. Anuário Angola. (2013/14).

Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola – Embaixador José

Marcos Barrica: *Parceria Angola - Portugal é Estratégica*. Angola Portugal Negócios. 94 (2013).

Câmara de Comércio e Indústria Portugal - Angola - Especial CCIPA 25 Anos. Angola Portugal Negócios. 92 (2012).

Câmara de Comércio e Indústria Portugal - Angola - Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017: Uma Nova Angola em Construção. Angola Portugal Negócios. 93 (2013).

CARNEIRO, E. - Angola: Os Desafios do Futuro. Política Internacional. 25 (2002) 35-42.

COUTO, João, BARATA, Paulo (2010) - Angola Renasce: Um Estudo Sobre as Perspetivas de Ampliação das Relações Económicas entre Portugal e Angola. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico.

DE CARVALHO, A. M. L. (2011) - Angola: Economia e Petróleo 2002-2010. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

DE MEDEIROS, Eduardo (1998) - Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo. Lisboa: ISCSP.

DE SOUSA, A. R. (2008) - De Um Novo Conceito de Desenvolvimento no Quadro da Economia Internacional. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

Embaixada da República de Angola em Portugal (2005) - Angola, 30 Anos: Os Grandes Desafios do Futuro. Lisboa: Serviço de Imprensa.

Embaixada da República de Angola em Portugal (2010) - Nova Angola: Lisboa: Serviço de Imprensa.

Embaixada da República de Angola em Portugal (2012) - Angola, 10 Anos de Paz, Conquistas e Desafios: Angola no Caminho do Desenvolvimento. Lisboa: Serviço de Imprensa.

Embaixada de Angola em Portugal - Angola - Portugal: Relações Bilaterais, disponível em <http://www.embaixadadeangola.org>. [Consultado em 10 de Novembro de 2013].

FERNANDES, M. - Para Um Renovado Conceito Estratégico Nacional Português. Lusíada Política Internacional e Segurança. 9 (2013) 219-253.

FILIPE, Celso (2013) - O Poder Angolano em Portugal: Presença e Influência do Capital de Um País Emergente. 2ª ed. Lisboa: Editora Planeta.

GASPAR, J. - Portugal e Uma Estratégia da Energia Para o Atlântico (Sul): Reflexão Prospetiva sobre a Geopolítica dos Países de Língua Portuguesa. Lusíada Política Internacional e Segurança. 9 (2013) 13-56.

GONÇALVES, F. R. (2009) - A Diplomacia Económica entre Portugal e Angola: O Setor Cervejeiro - O Caso da Unicer. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE.

ICEP Portugal - Angola na Rota do Progresso. Exportar. 1 (2006).

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (1996) - Cooperação Portuguesa: Uma Leitura dos Últimos 15 Anos de Cooperação Para o Desenvolvimento. Lisboa: Serviço de Imprensa.

MAGALHÃES, J. C. - A Diplomacia Económica em Foco. Revista de Assuntos Internacionais. 41 (2003).

MAGALHÃES, J. C. (2005) - Diplomacia Pura. Venda Nova: Bertrand

Editora.

MAGALHÃES, J. C. (2005) - Manual Diplomático: Direito Diplomático, Prática Diplomática. Lisboa: Bizâncio.

MARTINS, José, RODRIGUES, Luís, FERNANDES, Tiago (2005) - Cooperação Para o Desenvolvimento, Diploma de Especialização em Cooperação Para o Desenvolvimento: Memória e Estudos. Oeiras: Instituto Nacional de Administração (INA).

MENDES, Nuno (2008) - História e Conjuntura Nas Relações Internacionais. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.

MONGIARDIM, M. R. (2007) - Diplomacia. 1ª ed. Lisboa: Edições Almedina.

NYE, Joseph (2002) - Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução a Teoria e a História. 3ª ed. Lisboa: Editora Gradiva Publicações.

RAWLS, Jonh (1996) - Liberalismo Político. Lisboa: Edições Presença

RODRIGUES, Ricardo (2004) - Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países Não Lusófonos da SADC (1975-2002). Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISEG.

SILVA, Joaquim (1991) - Estados e Empresas na Economia Mundial, Lisboa: Editora Vulgata.

STEGER, Manfred (2006) - A Globalização. Vila Nova de Famalicão: Edições Quisi.

STIGLITZ, Joseph (2004) - Globalização: A Grande Desilusão. 3ª ed. Lisboa: Edições Terramar.

STIGLITZ, Joseph (2007) - Tornar Eficaz a Globalização. Trad. Luísa Venturini. 1ª ed. Porto: ASA.

TAVARES, J., AGUIAR, F., JORGE, M., GASPAR, H., (1998) - Informação de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas. Lisboa: Direção Geral das Relações Económicas Internacionais (DGREI).

TORRES, Adelino (Cord.), ESTEVÃO, João, FERREIRA, Manuel, CASSOLA, Nuno & BRITO, Paulo (1991) - Portugal - PALOP: As Relações Económicas e Financeiras. Lisboa: Escher, Fim de Século Edições, Lda.

VILAR, A., & ASSOCIADOS, A. (2007) - Guia de Negócios em Angola. Porto: Editora Vida Económica